

ENTREVISTA

Leonardo Romanelli / PROMOTOR

Novo chefe de grupo que combate facção paulista diz que restrição à saída temporária de presos aprovada no Congresso pode ter impacto no sistema carcerário

ALINE RIBEIRO E
PEDRO CARVALHO
Jornalistas do O GLOBO

Desde fevereiro à frente do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo, Leonardo Romanelli comandou duas das principais operações da história contra o Primeiro Comando da Capital (PCC). Em uma semana, deflagrou a Fim da Linha e a Maudita, que revelaram os negócios da facção com o poder público de mais de uma dezena de municípios. Na primeira entrevista desde que assumiu o cargo, Romanelli afirmou que a restrição às "saidinhas" de presos aprovada pelo Congresso Nacional preocupa mais o Ministério Público do que a briga entre as lideranças do PCC. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou neste mês a Lei das Saidinhas com um veto ao trecho que impedia o preso do regime semiliberato de visitar a família, mas o Congresso pode derrubá-lo.

Há um racha na cúpula do PCC?

É um movimento que já teve o seu auge. A maré já está baixando. Houve um movimento de fazer uma exclusão da liderança mais antiga.

Por que não se concretizou?

A base (da facção) está muito pouco tendente a adotar uma ou outra linha.

Existe um temor de que a lei das saidinhas afete o sistema prisional ou as ruas?

Se você perguntar qual das duas situações nos preocupa mais — racha na cúpula do PCC ou fim da saidinha — eu diria que é o impacto que o fim das saidinhas temporárias pode ter no curto prazo. A cúpula da Secretaria de Administração Penitenciária, policiais Civil e Militar, todos estamos extremamente atentos a isso.

Qual seria a consequência do fim das saidinhas? Uma megarebelião, no moldes



FOTO DE VANDERLEI OLIVEIRA

"A gente tem de estar preparado". Romanelli não acredita em uma nova megarebelião com a restrição às saidinhas, mas diz que o sistema penitenciário está atento e tem de "ter as portas abertas".

FIM DA SAIDINHA PREOCUPA MAIS QUE RACHA NO PCC



do que houve em 2001?

É muito pouco provável que eles tenham hoje o mesmo poder. As forças de segurança também se prepararam. Mas obviamente eles poderiam fazer algo similar. A gente tem de estar preparado, seja para uma tentativa de virar presos (fomentar rebeliões) em massa, que acho pouco provável, seja para outras ações pontuais.

O Senado aprovou a PEC para incluir na Constituição o crime de porte de drogas, independentemente da quantidade. O STF tende a um movimento contrário. A descriminalização teria impacto no combate ao crime organizado?

Não deve ter nenhum impacto. A principal fonte de renda do PCC, antes da cocaína, hoje prevalente, era o cigarro clandestino do Paraguai. O

lucro é gigantesco porque tem uma taxaço muito grande. Eles ainda vendem os cigarros paraguaios a um preço baixíssimo nas periferias. Com a droga, aconteceria o mesmo. Algumas outras drogas não seriam legalizadas, como o caso da K2, a maconha sintética. Sempre vai ter espaço para o mercado ilícito. Além disso, o grande lucro deles não é aqui. É traficar para a Europa.

Q

"A principal fonte de renda do PCC, antes da cocaína, era o cigarro clandestino do Paraguai. O lucro é gigantesco porque tem uma taxaço muito grande".

O senhor consegue estimar a extensão da infiltração do PCC no poder público?

Não. O primeiro grande caso concreto foi em Embu das Artes, onde o prefeito foi denunciado como integrante da facção criminosa. Antes disso, havia notícias do envolvimento com o transporte urbano clandestino na Zona Leste de São Paulo, no começo dos anos 2000, na mesma época em que o PCC saía do sistema penitenciário. Em 2020, identificamos o financiamento de uma candidatura de vereador em Ribeirão Preto pela facção.

OPCC começou a entrar no setor de transporte nos anos 2000. Por que demorou para uma operação combater esse esquema?

Aquilo começou de maneira incipiente e clandestina. Na época, nossas investigações estavam preocupadas com o tráfico. Não havia equipe especializada em PCC. O Gaeco começou com roubo de carga e outras demandas em meados dos anos 1990. Hoje, felizmente, temos múltiplos atores trabalhando contra o PCC, como Coaf, receitas estaduais e federais, Tribunal de Contas, Cade.

Há uma preocupação com a próxima eleição?

O Ministério Público tem feito um monitoramento para que a gente possa antecipar essas candidaturas (ligadas ao PCC), e conseguimos de alguma maneira impedi-las.

OPCC também tem tentáculos no Judiciário?

Em algumas operações houve a corrupção de servidores públicos, mas nem era específico ou apenas para o PCC. Servidores eram corrompidos por outros grupos para forjar certidões e obter dados sigilosos dos autos. E isso era usado para habeas corpus, achques, pressionar pessoas que estavam ligadas a pessoas presas, e um servidor foi expulso do Judiciário por isso. Não era apenas com o PCC.

Tarcísio diz a STF que ampliará câmeras em fardas

Governo alega que implantação gradual é por questão orçamentária: equipamentos estão em 267 das 510 unidades da PM

BIANCA GOMES
briana.gomes@oglobo.com.br

Em manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF), o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que trabalha para "ampliar e aprimorar" o uso de câmeras em uniformes policiais de São Paulo, tema que tem sido objeto de polêmica desde o início da gestão. A administração estadual entregou ao presidente do STF, Luis Roberto Barroso, o cronograma para efetivar o uso do equipamento.

A informação foi uma resposta a um pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para que Barroso analisasse pela segunda vez

a decisão da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que suspendeu a exigência do uso das câmeras em operações policiais. Inicialmente, Barroso negou o pedido com o argumento de que o estado precisava de tempo para implementar a medida.

A Defensoria pediu para o ministro reconsiderar a decisão a partir de novos dados que mostram o aumento da violência policial na Baixada Santista, onde a Operação Verão levou a pelo menos 56 mortes em confrontos. Apesar de reconhecer a importância das câmeras, Barroso rejeitou de novo o pedido alegando que o governo se comprometeu a

implementar a medida. No entanto, alertou que poderia apreciar de novo a requisição, "na hipótese de não cumprimento da obrigação, caracterizada pela inobservância desse cronograma".

IMPLEMENTAÇÃO GRADUAL

O governo paulista informou ao Supremo que a implementação das câmeras operacionais portáteis, as COPs, tem se dado de forma gradual. A administração sustenta que o número de equipamentos passou de 500 em 2020 para 10.125, em 2023, mas, por "questões orçamentárias e de logística", a implantação é gradual. As câmeras estão em 267 das 510 organizações policiais mili-



Com PMs, Tarcísio: "orçamento e logística afetam instalação de câmeras"

tares do estado.

Sobre a Operação Verão, o governo argumentou que 61% das unidades envolvidas na terceira fase utilizaram câmeras operacionais portá-

PMs se tornam réus por morte na Operação Escudo

O juiz Edmilson Santos, da 3ª Vara Criminal do Guarujá, nos PMS alegaram que ele atirou contra os agentes. Mas o Ministério Público afirmou na denúncia que a vítima estava desarmada e os acusados simularam a apreensão de uma pistola, tentando evitar que a câmera da farda registrasse a fraude.

de 34 anos, em julho do ano passado, durante a Operação Escudo, na Baixada Santista, no litoral.